

SINOPSE DE REUNIÃO

“Reunião da Diretoria Colegiada do CBH Lagos São João”

Documentos convocatórios: Ofícios CBHLSJ n.º 188, de 17 de novembro de 2023.

Data: 23/11/2023

Hora: 10h

Local: Videoconferência (plataforma *JitsiMeet*)

Presentes:

Membros: Eduardo Pimenta (Universidade Veiga de Almeida/Presidente); Dalva Mansur (Instituto de Pesquisas e Educação para o Desenvolvimento Sustentável/Diretora do Subcomitê da Bacia do Rio Una); Caroline Fernandes (Concessionária Água de Juturnaíba/Vice-presidente); Edna Calheiros (Associação das Mulheres Empreendedoras Acontecendo em Saquarema – AMEAS/Diretora do Subcomitê da Lagoa de Saquarema); Jorge Augusto Oliveira (Diretor do Subcomitê da Lagoa de Araruama/Prefeitura Municipal de Arraial do Cabo); (Diretora do Subcomitê do Rio São João/Prefeitura Municipal de Silva Jardim).

Convidados: Raquel Trevizam (Secretária Executiva do CILSJ); Cláudia Magalhães (Coordenadora Técnica-administrativa do CILSJ); Aline Rodrigues Ribeiro (Analista Técnica do CILSJ); Leonardo Nascimento (Analista Técnico do CILSJ); Samara Miranda (Assistente administrativo do CILSJ/CBHLSJ).

Pauta:

- 1. Aprovação do Calendário de Reuniões 2024;*
- 2. Antecipação da elaboração do PAP 2024;*
- 3. Avaliação do Plano de Trabalho de 2024;*
- 4. Solicitação da Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Silva Jardim – Contratação de empresa para revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB);*
- 5. Assuntos Gerais.*

Resumo:

O Presidente do CBHLSJ, Sr. Eduardo Pimenta, iniciou a reunião agradecendo a presença de todos. Em seguida passou para o primeiro item de pauta, sobre **aprovação do Calendário de Reuniões 2024**. O Analista Leonardo Nascimento elucidou que a proposição encaminhada pelo Consórcio Intermunicipal Lagos São João (CILSJ) foi baseada na avaliação de desempenho do Comitê em 2023 e que no ano estava programada a realização de 69 reuniões, sendo 59 ordinárias e 10 extraordinárias, e até a presente data, foram realizadas 59 reuniões, sendo 47 ordinárias e 12 extraordinárias, ultrapassando o número de reuniões extraordinárias planejadas. Ressaltou que a nota era atribuída com base na aderência mais próxima ao planejado e a recomendação do INEA era que o Comitê evitasse variações substanciais, tanto para mais quanto para menos, em relação às quantidades estabelecidas, pois tais divergências teriam um impacto negativo na pontuação final. Destacou, também, a necessidade de melhor planejamento para 2024, pois ao longo de 2023 foram adiadas 19 reuniões. A Diretora do

Subcomitê do Rio Una, Sra. Dalva Mansur, externou que pretendia realizar uma reunião da instância ainda em dezembro. O Sr. Leonardo Nascimento comunicou que nesse caso seria uma reunião extraordinária, tendo em vista que não havia mais a previsão de reunião ordinária para a referida instância no calendário. A Sra. Dalva Mansur corroborou com a fala do Sr. Leonardo Nascimento, e explicou que pretendia dar continuidade às tarefas que não conseguiu avançar ao longo do ano, devido ao fato de estar ocupada por motivo de doença na família. Algumas dessas tarefas incluíam conversar com os assentados, uma vez que conseguiram regularizar sua associação, realizar expedições para conhecer o Rio Una, entre outros comunicados. Com relação ao número de reuniões adiada, a Sra. Dalva Mansur atribuiu parte da culpa as várias intercorrências, como questões climáticas e conflitos de agenda, e externou que a elaboração do calendário visava atender a exigência do INEA, no entanto, esse engessamento dificultava bastante. Sugeriu propor ao CERHI-RJ de, ao invés de definir datas certas, colocar só a semana do mês, e que essa proposição poderia agradar aos demais comitês fluminenses. Questionou sobre a participação do Comitê junto ao CERHI-RJ, afirmando que não estava recebendo os relatórios sobre as discussões e se colocou a disposição para participar das reuniões se fosse necessário. O Sr. Leonardo Nascimento continuou, explicando que a proposta de calendário se originou da necessidade de abordar o impacto das questões citadas na dinâmica de trabalho da equipe que atende o CBHLSJ. Ressaltou que em 2023 30% dos dias do ano estavam ocupados com reuniões do Comitê, o que demandava um considerável esforço para o atendimento, considerando preparação, realização de reuniões, elaboração de sinopses, apresentações e todos os documentos, incluindo minutas de resoluções. Diante desse cenário, a proposta para 2024 consistia na redução do número de reuniões do comitê, na diminuição dos dias destinados a essas reuniões e na redução do tempo de cada encontro. Esta última medida foi justificada com base na experiência de uma reunião da Câmara Técnica de Pesca, que se estendeu por 5 a 6 horas. A Sra. Dalva Mansur externou que as reuniões deveriam ser conduzidas para não deixar chegar a tal ponto. Continuando, o Sr. Leonardo Nascimento explicou que a proposta de calendário incluía a realização de reuniões conjuntas ou sequenciais, que tinha como objetivo reduzir o número de dias nos quais a equipe do CILSJ estaria dedicada exclusivamente às reuniões. Ressaltou que a equipe tinha obrigações relacionadas a projetos, como saídas de campo para fiscalização e análise de relatórios, além de lidar com solicitações de licença ambiental, entre outras responsabilidades. A abordagem de reuniões conjuntas ou sequenciais também representava uma maneira eficiente de aproveitar o quórum, especialmente considerando que algumas pautas eram de interesse comum entre as instâncias. A Sra. Dalva Mansur afirmou que quem fazia o licenciamento ambiental era a empresa contratada, uma vez que a licença saía em nome da mesma. O Sr. Leonardo Nascimento ponderou que a equipe do CILSJ quem dava entrada na solicitação junto às prefeituras, com entrega de documentos, e que, por isso, a licença era emitida em nome do Consórcio. A Sra. Dalva Mansur questionou se o Consórcio assumiria a responsabilidade caso a Contratada viesse a ter uma conduta inadequada frente à obra. O Sr. Leonardo Nascimento explicou que a Contratada era responsabilizada através do contrato. Prosseguindo, o Sr. Leonardo Nascimento informou que o proposta de calendário considerava também as datas comprometidas e que não podiam ser utilizadas para reuniões, por exemplo, a semana do ECOB 2024; feriados estaduais e

municipais, já considerando os possíveis recessos, como era o caso do carnaval. A Sra. Dalva Mansur sugeriu que fosse feito no máximo duas reuniões sequenciais, para evitar o desgaste dos membros. A Sra. Caroline Fernandes expressou preocupação sobre a estratégia de reuniões sequenciais, destacando que as reuniões de algumas instâncias duravam quase o dia todo, podendo ter um efeito contrário no que tange ao quórum, pois, assim como ela, os membros poderia não ter a disponibilidade de ficar o dia inteiro em reunião. O Sr. Eduardo Pimenta completou que havia reuniões que durava pouco tempo, porque eram mais objetivas, e outras que tinham muita participação, e acabava durando muito mais tempo. De toda forma, era importante a aprovação do calendário, para atender uma questão regimental e ter um planejamento prévio, contudo, o mesmo não era engessado e ao longo de 2024, poderia sofrer alterações. Acrescentou que os membros dedicavam uma parte significativa do seu tempo à gestão da bacia hidrográfica, e que a incumbência de Presidente exigia muita da sua atenção, sendo muito requisitado pela Secretaria Executiva, por membros, por subcomitês, porém procurava sempre atender e responder o mais rápido possível. Agradeceu pela colocação da Sra. Caroline Fernandes; ao Analista Leonardo pelo tempo empenhado para preparação da proposta de calendário; e à equipe da Secretaria Executiva por todo o esforço para atender as demandas dos dois comitês, que eram muitas, mesmo com o efetivo reduzido. Em seguida colocou em votação a aprovação da proposta de calendário, sendo a mesma aprovada pela maioria dos membros. Avançou, então, para os seguintes itens de pauta **3. Antecipação da elaboração do PAP 2024 e 4. Avaliação do Plano de Trabalho de 2024**. A Sra. Raquel Trevizam contextualizou que seria apresentado informações técnicas e dados, contudo, o esforço da Secretaria Executiva para fazer tal apresentação, tanto do PAP como do PAAD, vinha de encontro com o que foi alinhado com o INEA, em conversa no dia 17/11/2023. Esclareceu que a elaboração do plano de investimento e dos encaminhamentos futuros havia sido idealizada de outra maneira, contudo, tendo em vista a nova informação do INEA, o qual foi discutido com o Presidente do CBHLSJ, a proposição a ser apresentada se pautava na possibilidade de aplicação do recurso ainda em 2024, e não somente em 2025, conforme planejamento inicial. Sendo assim, tal apresentação era importante para que a Diretoria ponderasse a respeito do uso do recurso para 2024 ou manter a proposta inicial, de construir forma coletiva, com o uso do recurso só em 2025. O Sr. Eduardo Pimenta completou que acompanhou em tempo real todas as tratativas e o esforço enorme da Secretaria Executiva para viabilizar a antecipação dos investimentos, que iria impactar positivamente nos resultados da gestão atual. A Sra. Cláudia Magalhães iniciou a apresentação, salientando que, diante do que foi exposto pela Sra. Raquel Trevizam, era importante deixar registrado que seria uma deliberação dos Diretores, pois a Secretaria Executiva, em um esforço muito grande, trouxe uma proposta de aplicação dos recursos que, originalmente, deveriam ser feitos de forma coletiva, com participação e discussão. No entanto, diante da possibilidade da realocação de recursos para o próximo ano, com a anuência do Presidente, seria apresentada uma proposição de PAP e PAAD para aplicação do recurso em 2024. Acrescentou que os prazos eram corridos para obter a aprovação no CERHI-RJ, pois pelas vias normais, teria que apresentar no início de 2024 para somente ser apreciado e aprovado pelo CERHI-RJ em junho de 2024, para utilização somente a partir de 2025. Prosseguindo, a Sra. Cláudia Magalhães projetou o PAP vigente,

referente ao período de 2023-2027, ressaltando que o mesmo continha apenas 5 rubricas e que ao analisá-lo criticamente verificou-se que possuía deficiências de alocação de recursos. Destacou que em 2018 o Comitê tinha em conta R\$2 milhões, e o saldo de investimentos atual, para aplicação, era de R\$25 milhões, visto isso, era importante estar trabalhando na atualização e realocação desses recursos. Além disso, havia as tratativas sobre a implantação do escritório de projeto, onde foram realizados vários exercícios financeiros e identificado, inclusive em consulta com os órgãos de controle e com a AGEVAP, que contratar um escritório de projetos hoje com recursos de investimentos ficava fora da legalidade, e futuramente, o Comitê e o CILSJ poderiam responder por utilização indevida de recurso de investimento em custeio. Informou que no PAP vigente, para o ano de 2023, havia uma previsão de repasse de R\$2,2 milhões, e para concluir o total de repasse no ano vigente faltava receber ainda R\$225 mil. A Sra. Cláudia Magalhães explicou que apresentaria os saldos remanescentes e os recursos comprometidos, até setembro de 2023, os quais serviriam de base para construir o novo PAP. Acrescentou que o Contrato de Gestão (CG) e a legislação vigente faziam uma série de orientações de que o PAP, o PAAD e o novo contrato deveriam estar conectados e terem a mesma linguagem, o que não acontecia hoje. Posto isso, explicou que a estrutura da proposta de trabalho para os próximos anos foi dividida em duas fontes distintas: Fortalecimento institucional que contemplava as rubricas Ações de Diretoria, o Programa de Educação Ambiental e Comunicação Social e Fortalecimento e Manutenção da Entidade Delegatária; e a segunda fonte contemplava todos os investimentos referentes à Gestão de Recursos Hídricos da RH VI. Em seguida a Sra. Cláudia Magalhães explicitou os saldos disponíveis de cada ação, a serem executados em 2024: *Ações de Diretoria* = Saldo total era de R\$300.773,48, resultado da somatória dos seguintes montantes: R\$240.000,00 (recurso repassado até 2023) + R\$60.000,00 (previsão de repasse em 2024); *Curso de Capacitação para Membros do CBHLSJ e Atores Locais* = o saldo total era de R\$210.923,72, contudo, com a contratação do curso, no valor de R\$ 157 mil, restou o saldo de R\$53.923,72. Explicou que tal ação pertencia à rubrica “Educação Ambiental”, no entanto, foi remanejada para junto de Ações de Diretoria, por se tratar de um curso direcionado para membros do comitê e atores locais. Destacou que no valor comprometido, explicitado na tabela, foi adicionada uma gordura de 25% para o caso de necessidade de fazer um aditivo ao longo do contrato e caso não fosse utilizado, seria aplicado na rubrica; Sobre a rubrica *Programa de Educação ambiental e Comunicação Social*, informou que dentre as ações prevista na rubrica havia a previsão de contratar o Plano de Comunicação Social, o qual foi elencado pelo Comitê como ação prioritária, contudo, não foi possível avançar com o mesmo, pois o recurso disponível, de apenas R\$48.546,94, não era suficiente para contratação; Ainda em Programa de Educação Ambiental e Comunicação Social, havia o projeto *Gênero, Água e Saneamento, Produção de Vídeos Educativos e o Fórum da Juventude*, contudo, para este último não havia previsão de recurso. Informou que havia também um montante de R\$3.491,09, referente ao saldo remanescente do projeto de educação e obtenção de impressão de material didático, o qual não foi aplicado em nenhuma ação. Diante do exposto, propôs alocar o montante de R\$53.923,72, mencionado anteriormente, para a ação *Plano de Comunicação* e aportar para o próximo ano mais R\$200.000,00, totalizando assim R\$302.470,66. Propôs, ainda, realocar o montante de R\$3.491,09, para a rubrica de Gênero,

Água e Saneamento, e aportar mais R\$20 mil, totalizando R\$60.234,43, para trabalhar na contratação no próximo ano, isso se o Comitê optar em dar continuidade no projeto, caso contrário, remanejaria para outra ação ou projeto; Na rubrica Custeio da Delegatária, informou que havia os seguintes valores: R\$375.486,32 referente ao saldo remanescente até setembro de 2023, o qual seria devolvido caso não fosse utilizado até o final do ano, R\$119.7503,51 referente ao contingenciamento do saldo remanescente de 2022, que seria utilizado para custear ações imprevistas, como demissões, na falta de repasse do INEA, entre outros, e R\$1.128.437,99, referente ao custeio da CUTE de 2023, o qual deveria ficar em conta aplicada e só poderia ser utilizado para ações emergenciais e urgentes mediante autorização do Comitê, conforme deliberação do CERHI. Diante do exposto, atualmente, havia um saldo de custeio, de R\$1.623.677,81; Na rubrica Investimentos em Saneamento informou que, até setembro, havia um montante de R\$14.357.058,43, no entanto, na última reunião da CT Saneamento foi aprovado a aplicação de parte do recurso nos projetos de Armação dos Búzios, Araruama, Arraial do Cabo, Cabo Frio e Silva Jardim, portanto, até o início de janeiro, terão sido comprometidos R\$13,9 milhões em saneamento. Visto isso, a proposta era, em 2024, reduzir o percentual de investimentos em saneamento para 30%, que ficava em torno de R\$876 mil, ficando um saldo para trabalhar em 2024 de aproximadamente R\$1,3 milhões, para ser aplicado em novos projetos, como Casimiro e Saquarema; Sobre a rubrica Sistema de Informações Geográficas (SIGA SÃO JOÃO), informou que não havia previsão de repasse para os próximos anos no PAP vigente para manutenção do sistema e que, apesar do aporte aprovado pela Câmara Técnica de Monitoramento das Águas, para garantir a operacionalização do sistema até maio de 2024, ainda assim era necessário alocar recurso anualmente para a rubrica, para dar continuidade à manutenção e à operacionalização do sistema. A Sra. Dalva Mansur memorou que por volta de 2012 a 2014 houve um aporte de recurso considerável para o SIGA e que, inclusive, foram feitas contratações de equipe e aquisições de equipamento, e que provavelmente tal recurso tenha sido devolvido. Pediu, então, para verificar a questão antes de fazer qualquer aporte de recurso, destacando que o Dr. Fábio, atual advogado contratado pelo CILSJ, era advogado na época. A Sra. Cláudia Magalhães respondeu que os recursos aportados pelo Comitê São João anterior a 2018 eram referentes ao Contrato de Gestão nº 01/2010, o qual não estava mais vigente, e que, infelizmente, não tinha notícias do que foi feito dos saldos remanescentes ou da aplicação desses recursos. Reiterou que não havia previsão de recursos para o SIGA e que o mesmo tem sido motivo de elogios por parte das pessoas que acessam, e era essencial garantir sua manutenção para que o sistema seja mais transparente e eficiente. A Sra. Dalva Mansur externou que era complicado a Diretoria aprovar uma coisa e mais para frente eles decidirem fazer um plano plurianual em outro sentido. A Sra. Cláudia Magalhães corroborou com a fala da Sra. Dalva Mansur, explicando que isso deveria ter sido feito em três ou quatro oficinas, para que os membros pudessem se debruçar sobre o assunto. De toda forma, a sua função, enquanto coordenadora financeira e gestora, era apresentar todos os saldos e aplicação disponíveis, para análise e aprovação da Diretoria. A Sra. Dalva Mansur concordou com a Sra. Cláudia Magalhães, acrescentando que sabia da necessidade de aprovar antes, devido o plano plurianual estar muito atrasado, mas não compreendia o motivo do atraso, pois o mesmo deveria estar pronto antes de aprovar o novo PAP. A Sra. Raquel Trevizam

afirmou que não estava atrasado. A Sra. Cláudia Magalhães explicou que o plano plurianual do CBHLSJ tinha vigência até 2027 e que, diante de todas as alterações do CG, do grande recurso acumulado, da necessidade de fazer uma realocação de saldos, seria apresentado uma proposta de plano de aplicação de recurso ao longo de 2024 e 2028. Contudo, antes de apresentar a proposta, era preciso que os diretores tomassem conhecimentos dos saldos existentes, para entender o que estava sendo proposto. A Sra. Dalva Mansur afirmou que estava tudo claro e que entendia todas as propostas, mas não poderia aprovar recursos se não sabia o caminho que seria tomado na revisão do plano de recursos hídricos. A Sra. Cláudia Magalhães comentou que a preocupação da Sra. Dalva Mansur era pertinente, contudo, o que estava sendo falado era que existia a possibilidade de antecipar a revisão do PAP, o que não era o ideal, mas isso promoveria um PAP mais consistente e mais eficiente, para executar o recurso ao longo dos próximos anos, ou poderia voltar à proposta inicial, que seria realizar as oficinas para elaboração do PAP no início 2024 para que seja aprovado só em 2025. Entretanto, atentou que o problema disso era que, atualmente, com os recursos financeiros, com os recursos de estrutura e equipe atual, sem o aporte para fortalecimento da infraestrutura e de recursos humanos para atender o Comitê São João, não seria possível bater as metas e executar o contrato de forma eficiente. Porém, tal questão seria demonstrada ao longo da apresentação, para deliberação final dos diretores. A Sra. Dalva Mansur comentou que o CILSJ deveria arrumar técnicas com inteligência artificial para elaborar projetos mais rapidamente. A Sra. Cláudia Magalhães prosseguiu com a apresentação, abordando a rubrica *Monitoramento de Corpos Hídricos*. Explicou que o saldo total na rubrica era de R\$1.140.430,83 e que grande parte desse recurso foi unido em um Programa de Monitoramento de Corpos Hídricos, que ficou em R\$775 mil, contudo, o mesmo foi contratado por R\$133 mil, e já estava no seu segundo ano de execução. O restante do recurso estava distribuído nos projetos de Enquadramento de Qualidade da Água do Rio São João e Monitoramento da Qualidade da Água da Lagoa de Araruama, no entanto, seus respectivos escopos ainda não foram elaborados. Informou que a CT Monitoramento aprovou a utilização de R\$42 mil do saldo remanescente do Programa, para complementar a contratação da manutenção do SIGA. Por fim, a referida rubrica ficou com um saldo remanescente de R\$1.006.084,96; Na rubrica *Revisão do Plano de Bacia*, informou que havia um saldo de R\$ 203.234,63 para ser investido; Sobre a rubrica *Estudo pela Cobrança e pelo Uso da Água*, explicou que existia uma resolução do Comitê aprovando recurso para esse projeto, no entanto, no final de 2021, com a questão do repasse da CUTE, o Estado fez uma contenção de 30% do valor que estava na conta, sendo assim, nem todo o recurso que foi aprovado em resolução foi repassado, e como não havia projeto, não foi alocado recurso financeiro para o referido projeto. Contudo, foi elaborado um escopo de projeto e realizado uma cotação de preço, e se o Comitê aprovar a alocação de recurso no montante de R\$425.000,00, o mesmo poderia ser contratado em janeiro/2024; Sobre a rubrica *Restauração ecológica*, informou que as seguintes ações foram aprovadas: reflorestamento de mananciais de Cachoeira de Macacu, o qual foi contratado por R\$ 153.000,00 e estava em execução. R\$432.000,00 para manutenção do reflorestamento dos mananciais. R\$226.000,00 para o reflorestamento de Silva Jardim. Sobre este último, o mesmo chegou a ser licitado, mas deu deserta, sendo assim, foi feita uma nova cotação e, provavelmente o valor aportado

inicialmente terá que aumentar, porém como tais projetos estavam na mesma rubrica, poderia ser feito o remanejamento de recurso para contratação e manutenção. A Sra. Dalva Mansur comentou que o INEA fez um plano de reflorestamento, o qual foi orçado em R\$28 mil por hectare restaurado, com 3 anos de manutenção, sendo assim, R\$152 mil não daria para quase nada, 4 ou 5 hectares no máximo. Afirmou que considerava caro, mas como foi o INEA que orçou, todo mundo estava trabalhando com essa estimativa. A Sra. Cláudia Magalhães explicou que não podia se basear na estimativa do INEA. A Sra. Dalva Mansur afirmou que o INEA não aprovaria se não estiver dentro do parâmetro dele. A Sra. Cláudia Magalhães reiterou que o montante de R\$153 mil estava comprometido com o reflorestamento de mananciais de Cachoeira de Macacu, já contratado, e o outro projeto seria orçado, e mesmo tendo o parâmetro do INEA, o CILSJ, por força de lei, era obrigado a fazer uma cotação. Acrescentou que o Analista Técnico Leonardo, que foi quem elaborou o escopo, tinha bastante comprometimento em conformidade com a legislação vigente e quanto a isso, a Diretoria poderia ficar tranquila; Dando continuidade, abordou a rubrica *Estudos de Dinâmica de Balanço Hídrico*. Explicou que na mesma havia um total de R\$389.899,50, distribuído da seguinte forma: R\$5 mil referente ao saldo remanescente do projeto de Estudo Hidrológico de Silva Jardim, que já foi finalizado, R\$75 mil para revitalização do leito do Rio Una e R\$58 mil para contratação do Estudo Crítico do Rio Una. Entretanto, esses recursos eram insuficientes para contratar os projetos citados, sugeriu, então, unir todos os recursos, com mais um repasse de R\$250 mil referente a 2024, totalizando R\$390 mil, e fazer mais uma previsão de alocação de recurso em 2025, para contratar o Estudo de Modelagem do Rio Una, tendo em vista que o respectivo escopo estava bem adiantado. Externou que tal sugestão foi embasada em experiência anterior de contratação de objetos similares; Sobre a rubrica *Fundo de Boas Práticas Socioambientais e Microbacias (FUNBOAS)*, informou que havia um saldo de R\$53 mil para contratação do projeto, contudo, esse recurso era insuficiente, sendo assim, o Comitê deveria decidir se iria realocar o valor em outra rubrica ou aportar mais recurso na rubrica a partir do terceiro ano do contrato, caso entendesse que boas práticas socioambientais era uma ação importante dentro das ações de investimento; Sobre a rubrica *Fiscalização Integrada da Lagoa*, informou que o recurso aportado era de R\$142 mil, sendo R\$63 mil comprometidos em contratos de alimentação, combustível, óleo motor, aluguel de marina e reparo do motor. Sendo assim, com o recurso remanescente e mais um aporte de R\$50 mil, com base na execução dos últimos anos, acreditava-se que seria possível manter a ação em 2024, que seria restrito ao apoio com combustível e alimentação, conforme decidido pela Diretoria, em reunião pretérita; Sobre a rubrica *Monitoramento Estatístico Pesqueiro e Auxílio à Pesca*, informou que o recurso disponível era de R\$670.277,02, e dentre os projetos dentro dessa rubrica, havia o projeto de Aplicativo Estatístico Pesqueiro, para o qual foi aportado o montante de R\$271.826,16, entretanto, o preço médio da pesquisa de mercado ficou em R\$596.291,97. Visto isso, a Câmara Técnica de Pesca e Aquicultura (CT Pesca) deliberou alocar o recurso desse projeto para realizar o balizamento do Canal da Lagoa de Araruama, que no entendimento do CILSJ, requer um recurso muito maior, além disso, o projeto proposto não estava previsto no PAP. Sugeriu, então, discutir se realmente seria feito o remanejamento do recurso, e caso o Comitê optasse por remanejar mesmo teria que aportar recurso de outras fontes para complementar.

Acrescentou que a Secretária Executiva estava em uma articulação muito forte com a FIPERJ, para viabilizar a contratação do projeto de Monitoramento Estatístico Pesqueiro através de acordo de um de cooperação técnica, onde a mesma ficaria responsável pela parte técnica de execução dos projetos e o CILSJ faria as contratações e aquisições necessárias, visto que não era possível transferir recursos para a FIPERJ, visto que era um membro do comitê. A Sra. Dalva Mansur completou que, também, por se tratar de uma empresa pública, não poderia repassar o recurso. Prosseguindo, a Sra. Cláudia Magalhães informou que o saldo total no Contrato de Gestão do Comitê Lagos São João, em setembro, era de R\$21.255.860,00, contudo, até dezembro esse valor sofreria variação, tendo em vista que ainda teria rendimentos de aplicação a serem computados e pagamentos a serem realizados. De toda forma, era preciso aprovar os instrumentos com esse valor, para aprová-los junto ao CERHI e ao INEA, para passar a vigorar a partir de janeiro/2024, e em janeiro seria feito novamente uma conciliação bancária, e apresentado o PAP atualizado, com os valores reais fechado em dezembro de 2023. A Sra. Cláudia Magalhães atentou que o PAP atual estava defasado em relação à previsão de repasse oriundo da arrecadação de 2024 a 2027, sendo assim, a previsão de repasse para 2024 era de R\$2.920.712,48. Avançando, a Sra. Cláudia Magalhães informou que dos R\$ 21.255.860,00, estava comprometido o montante de R\$16 milhões, sobrando cerca de R\$ 7 milhões, a serem comprometidos em novos projetos a partir de 2024. Finalizou, então, a apresentação dos saldos remanescentes e seguiu para apresentação da proposta de PAP – 2024 a 2028. Elucidou que estava previsto o repasse de R\$15,7 milhões até 2027, que somados ao saldo supracitado, totalizaria um montante de aproximadamente R\$40 milhões para ser trabalhado até 2028. Reiterou que em 2024 a previsão de repasse era de R\$ 2.920.712,48, propondo então a seguinte distribuição do recurso: aporte de 30% em saneamento, que ficava em torno de R\$876 mil, visto que o montante atual investido em saneamento era de R\$ 15 milhões, para que em 2024 consiga contratar o projeto no município de Casimiro de Abreu e em 2025 o projeto no município de Saquarema; aporte de 30% para Custeio da Delegatária; e 40% para serem alocados nas demais rubricas. Posto isso, a distribuição do recurso ficaria da seguinte forma: R\$60 mil para *Ações de Diretoria*; R\$ 200 mil para contratar o *Plano de Comunicação*, que seria somado com o saldo remanescente de 2023, totalizando R\$300 mil; R\$80 mil para realização de atividades, como o *Fórum da Juventude e outras ações de participação de atividades e eventos do Comitê*; R\$876.213,74 para o *Custeio da Delegatária*; R\$ 876.213,74 para *investimentos em Saneamento*; R\$100.000,00 para *Manutenção e Operacionalização do SIGA*; sobre a rubrica *Monitoramento de Corpos Hídricos e Plano de Bacia da RH VI*, como já havia um saldo sobressalente, não era necessário aportar recurso em 2024, somente a partir de 2025; a rubrica *Restauração Ecológica* também estava com saldo sobressalente, então não era necessário aportar recurso em 2024, somente a partir de 2026; R\$425 mil para a rubrica *Estudo de Cobrança pelo Uso da Água*; R\$ 250 mil para contratar o *Estudo de Modelagem do Rio Una*; sobre o *FunBoas*, se fosse de interesse do Comitê, propôs começar a trabalhar nele a partir de 2026, porque até lá já teria sido executado grande parte dos recursos dos projetos vigentes, então, o CILSJ teria mais eficiência, recurso financeiro e humano para executá-lo, além de know-how, tendo em vista que estava sendo executado o projeto de Boas Práticas do Comitê Macaé; R\$53.284,99 para *Fiscalização*

Integrada da Lagoa de Araruama; Sobre a rubrica Monitoramento de Estatístico Pesqueiro, a mesma também estava com saldo sobressalente, então não era necessário aportar recurso em 2024, somente a partir de 2026. Seguiu para apresentação da proposta de distribuição dos recursos para 2025, onde a previsão de repasse era de R\$3.034.620,26: R\$90.000,00 para a rubrica Ações de Diretoria; R\$40.000,00 para a rubrica Plano de Comunicação, para execução de atividades eventuais previstas no plano; R\$83.120,00 para realização de atividades, como o Fórum da Juventude e outras ações de participação de atividades e eventos do Comitê; R\$910.386,08 para Custeio da Delegatária, que correspondia a 30% do montante total; para a rubrica Investimentos em Saneamento, seriam mantido o aporte de 30% do montante total previsto para repasse, e a partir de 2026 reduziria para 20%, respeitando a legislação; R\$80.000,00 para operacionalização e manutenção do SIGA; R\$200.000,00 para rubrica Monitoramento de Corpos Hídricos; R\$150.000,00 para rubrica Plano de Bacia, para o caso de executar algum projeto ou ação prevista no plano; R\$143.000,00 para a rubrica Estudo da Cobrança pelo Uso da Água; R\$200.000,00 para a rubrica de Ações Emergenciais e Balanço Hídrico; R\$65.000,00 para rubrica Fiscalização Integrada da Lagoa de Araruama. Seguiu para apresentação da proposta de distribuição dos recursos para 2026, onde a previsão de repasse era R\$3.152.363,53: R\$93.510,00 para rubrica Ações de Diretoria; R\$20.000,00 para Capacitação dos Membros do Comitê e da Sociedade com Foco em Gestão de Recursos Hídricos, tendo em vista a renovação da diretoria e do plenário; R\$ 41.560,00 para rubrica Plano de Comunicação; R\$ 86.361,68 para realização de atividades, como o Fórum da Juventude e outras ações de participação de atividades e eventos do Comitê. A Sra. Cláudia Magalhães Enfatizou questionou se era necessário esmiuçar todos os valores da proposta do PAP. O Sr. Eduardo Pimenta respondeu que não era preciso. Prosseguindo, a Sra. Cláudia Magalhães destacou que do valor total previsto para repasse (2024 a 2028) 61% seria aplicado em gestão de recursos hídricos, ou seja, em todos os projetos e investimentos na bacia; 30% para o Custeio da Delegatária; 6% para Ações de Programas de Educação Ambiental e Comunicação Social; e 3% para Ações de Diretoria. Informou que a proposição de PAP do CILSJ foi construída considerando as rubricas e projetos existentes atualmente, contratados e previstos no CG nº 61/2022, com recursos ou sem. Em seguida, projetou a proposta de plano de trabalho da Delegatária para o período de 2024 a 2028. Explicou que o plano de trabalho correspondia a 22% do PAP, e que a meta conforme estabelecido no CG é a diminuição desse percentual ao longo dos anos, no entanto acrescentou que os comitês fluminenses estavam questionando essa meta, argumentando que custear as despesas de uma Delegatária com o percentual sugerido era considerado inviável e se o Comitê aprovar a proposta apresentada, o CILSJ trabalharia nas justificativas e ponderações para aprovação junto ao INEA. A Sra. Cláudia Magalhães externou que as despesas com recursos humanos na nova proposta ficava em torno de R\$1 milhão/ano, no primeiro e no segundo ano, propondo contratar um gerente de projetos exclusivo para atender o CG do CBHLSJ, tendo em vista que o CBH Macaé deliberou o mesmo, pois anteriormente, a contratação do Coordenador de Projetos era realizada de forma compartilhada entre os dois Comitês; a contratação de mais um analista técnico; e três estagiários. Justificou que a contratação se dava ao fato de, atualmente, o CBHLSJ ter oito projetos de saneamento que serão contratados até janeiro; o SIGA, que necessitava de um

profissional com tempo para alimentar e realizar a manutenção do sistema, mesmo contratando uma empresa, a mesma precisaria ter acesso às informações, e isso exigia tempo; o Plano de Bacia e Programa de Monitoramento dos Corpos Hídricos, que exigia um acompanhamento, análise de relatórios e orientações; o atendimento ao Comitê de Bacia, que demandava uma série de reuniões e atendimento às articulações e ações. Diante do exposto, a atual equipe técnica, composta por Aline Ribeiro e o Leonardo Nascimento, não conseguiriam dar conta sozinhos, no primeiro e segundo ano, de toda essa demanda. Acrescentou que a partir do terceiro ano havia a previsão de redução de mais de 50% nas demandas, sendo assim, não seria possível manter o quadro proposto caso não começasse a se mobilizar a partir do ano que vem para captar recursos de outras fontes. Em seguida, a Sra. Cláudia Magalhães abordou a rubrica Prestação de Serviços Técnicos Especializados, externando que além dos serviços obrigatórios (jurídico, contábil, comunicação, auditoria e manutenção do site) foi adicionado o serviço de assessoria para a segurança do trabalho, para atender as exigências legais; Serviço de Capacitação e Seleção de Estagiários, pois com a demanda atual a equipe do CILSJ não conseguiria realizar todas as etapas necessárias para contratação; e Sistema de Gerenciamento Financeiro, para dar mais transparência ao processo e reduzir o tempo gasto em elaboração de planilhas e acompanhamento de gestão financeira. A Sra. Cláudia Magalhães explanou que outra proposta era fortalecer a estrutura da sede do CILSJ, ao invés de implementar um escritório de projeto, e citou os problemas de estrutura da atual sede do CILSJ, como problema de abastecimento de água, de esgotamento sanitário, espaço limitado, entre outros. Sendo assim, a projeção de custo para cada ano seria de: R\$1,7 milhão no primeiro ano; R\$1,6 milhão no segundo ano; R\$1,4 milhão no terceiro ano; R\$1,4 milhão no quarto ano; e R\$1,5 milhão no quinto ano; totalizando R\$7,7 milhões, e essas despesas seriam custeadas pelos recursos oriundos da cobrança, da compensação financeira e do custeio da CUTE. A Sra. Cláudia Magalhães destacou que o recurso oriundo da compensação financeira foi definido pelo CERHI para o ano de 2023 e 2024, no valor de R\$ 450.000,00, e que as discussões e definições dos valores a serem aportados para os próximos anos ainda serão feitas pelos Órgãos competentes, porém, adotou-se o montante atualmente aprovado para fins de projeção, conforme orientação do INEA. A Sra. Cláudia Magalhães citou os valores do recurso da CUTE previstos para ser utilizado em cada ano: R\$433.834,47 no primeiro ano; R\$267.738,89 no segundo ano; R\$37.973,28 no terceiro ano; R\$29.352,14 no quarto ano; e R\$41.413,74 no quinto ano, totalizando R\$810.312,51, e ainda restaria um saldo no valor de R\$437.878,99, sem considerar os rendimentos de aplicação. Em seguida, a Sra. Cláudia Magalhães projetou a proposta do Plano Anual de Atividades e Desembolso – PAAD, explicando que o mesmo trazia o detalhamento do que estava no PAP e de tudo que foi apresentando anteriormente, o qual deveria ser aprovado pelo Comitê, e através de sua execução seria avaliado o desempenho o CILSJ ao longo do exercício de 2024, pelo INEA. Projetou então os Indicadores de Desempenho, o qual mediria o desempenho do CILSJ na realização e aplicação dos recursos e pelo atendimento e gestão, não só do recurso financeiro, como também da gestão de tempo, administrativa e de atendimento ao Comitê de Bacia. Explicou que nos Indicadores 1 e 2 seria medido a eficiência da Delegatária em planejar junto ao Comitê as ações e reuniões que precisam de assessoramento, ou seja, a capacidade do CILSJ de administrar tempo e gestão

junto ao Comitê iria refletir diretamente na execução financeira e de investimentos. Tais indicadores seriam preenchidos com base no calendário aprovado anteriormente pelo CBHLSJ. Explicou que o Comitê não era obrigado a seguir exatamente o que estava disposto na planilha, mas o ideal era ficar entre 90% a 110%, pois a nota era atribuída com base na aderência mais próxima ao planejado e a recomendação era que o Comitê evitasse variações substanciais, tanto para mais quanto para menos, em relação às quantidades estabelecidas, pois tais divergências teriam um impacto negativo na avaliação junto aos órgãos de controle; Sobre o Indicador 3, que tratava do índice de execução física de ações prioritárias, onde Comitê definiu como ações prioritárias seis projetos, a saber, Investimentos em Saneamento, Sistema de Informações, Monitoramento em Corpos Hídricos, Planos de Recursos Hídricos, Restauração Ecológica e o Programa de Educação Ambiental, com exceção do Programa de Educação Ambiental, que não tinha recurso, todos os demais projetos estavam bem adiantados na contratação e execução, sendo uma meta fácil de atingir; Sobre o Indicador 4, explicou que no mesmo era avaliado a capacidade do CILSJ em comprometer os recursos aprovados pelo Comitê. Informou ainda que os montantes foram incluídos com referência à experiência prévia do CILSJ em contratações realizadas anteriormente e que a meta era comprometer 30% do recurso total das ações prioritárias; Quanto ao Indicador 5, era analisada a capacidade do CILSJ para realizar os desembolsos financeiros dos recursos contratados e meta era de desembolsar 35% dos recursos; Sobre o Indicador 6, que tratava da execução financeira total da entidade Delegatária, no CG estava estabelecido que a eficiência da gestão do CILSJ seria avaliada com base no menor percentual de utilização dos recursos do PAP em custeio da Delegatária. Informou que 22% do valor total previsto no PAP para ser repassado em 2024 estava sendo utilizado para Custeio da Delegatária e que a meta conforme estabelecido no contrato e gestão é a diminuição desse percentual ao longo dos anos. Independentemente disso, o CILSJ administrava os recursos com grande precaução, evitando exceder as previsões, e nos anos anteriores, a execução ficou significativamente abaixo do montante aportado. Finalizou a apresentação e cedeu a palavra para que os Diretores se manifestassem sobre a proposta apresentada. O Sr. Eduardo Pimenta comentou sobre a complexidade do assunto em questão e informou que a Diretoria deveria escolher dentre as seguintes opções: Aprovar a proposta apresentada pela Sra. Cláudia Magalhães e garantir a execução dos recursos em 2024, conforme acordado com o INEA, ou voltar para a proposta inicial, com a construção em oficinas participativas, para analisar com mais calma e ciente de todas as consequências que essa escolha vai acarretar. O Sr. Jorge Augusto reconheceu a complexidade da proposta apresentada pela Sra. Cláudia Magalhães e expressou hesitação em aprovar imediatamente, afirmando que era necessária uma análise mais profunda, com mais tempo e possivelmente a orientação de um especialista para esclarecer suas dúvidas para dar um veredicto definitivo. Antes de concluir, questionou o impacto negativo de não aprovar a proposta imediatamente. A Sra. Cláudia Magalhães respondeu que o PAP vigente não contempla algumas rubricas importantes, como dito anteriormente, que a sede atual não comporta o aumento de equipe e estrutura necessária para executar os projetos, tudo isso comprometeria significativamente na execução e permanência do Contrato de Gestão. Posto isso, o Sr. Jorge Augusto manifestou a favor da aprovação da proposta, sugerindo que em ocasião futura fosse examinada de maneira mais cuidadosa e detalhada. A Sra. Cláudia

Magalhães esclareceu que, conforme colocado pela Sra. Raquel Trevizam no início da apresentação, o CERHI estabelece que qualquer modificação no PAP deverá ser submetida até o início do ano para aprovação em junho do ano seguinte e execução no ano subsequente. Com base nisso, a equipe tinha até junho para ajustar o PAP, encaminhá-lo ao CERHI, obter aprovação e executá-lo em 2025, e o plano inicial era realizar uma imersão com a contratação de uma empresa para a elaboração do PAP em uma oficina de três dias. No entanto, diante dos desafios atuais, como a imposição de 70% em saneamento, a necessidade de melhorias na estrutura do CILSJ, a percepção de deficiências no PAP e a urgência reconhecida pelo INEA, foi aberta uma exceção para apresentar uma proposta revisada até 10/12, permitindo preparação para a execução do contrato a partir de janeiro. Reconheceu que não era a situação ideal, mas era uma tentativa de trabalhar os contratos com mais eficiência nos próximos anos. A Sra. Dalva Mansur expressou sua preocupação com a antecipação de contratações de 25 para 24, levantando a questão especialmente em ano eleitoral. Argumentou que, em vez de aumentar o quadro de funcionários, seria mais vantajoso investir em programas de inteligência artificial para acelerar a elaboração de projetos, acompanhado do treinamento de uma pessoa para operá-lo. Essa abordagem, segundo ela, seria mais eficiente do que a contratação de cinco pessoas adicionais, especialmente considerando as limitações de espaço do CILSJ. A Sra. Cláudia Magalhães esclareceu que a problemática não era a elaboração de projetos, mas sim a necessidade imediata de especialistas para supervisionar, realizar acompanhamento de campo e analisar os relatórios técnicos dos projetos já contratados, que em sua opinião, não havia programas específicos que desempenhassem essas funções. A Sra. Dalva Mansur manifestou surpresa com a quantidade de contratações proposta, observando que, ao mesmo tempo, estava sendo planejado o aluguel de uma sala para os profissionais, enquanto a questão do aluguel de uma sede para o Comitê não avançou. Destacou que todos esses custos eram responsabilidade financeira do próprio Comitê. A Sra. Cláudia Magalhães explicou que o comitê propôs alugar um imóvel que seria utilizado como sede tanto do Comitê quanto do CILSJ, sendo as despesas custeadas com recurso de uma rubrica de investimento, conforme era feito no CBH Macaé. Contudo, visando garantir a legalidade e a preservação dos comitês, uma vez que despesas administrativas não podiam ser custeadas com recurso de investimento, tal iniciativa seria incorporada ao Custeio da Delegatária, inclusive, essa mesma proposta seria apresentado ao CBH Macaé, caso contrario perderiam o escritório de projetos. Dessa forma, permitiria atender à necessidade do CBHLSJ e ao mesmo tempo melhoraria as condições de infraestrutura de trabalho do CILSJ. A Sra. Dalva Mansur sugeriu abordar a questão em uma reunião presencial da Plenária, com a participação do representante do INEA que orientou elaborar a proposta. Expressou preocupação com as mudanças na direção do INEA, destacando a instabilidade política. Advertiu que novas pessoas poderiam assumir no INEA e a situação poderia se tornar arriscada, deixando a questão nas mãos do comitê. A Sra. Cláudia Magalhães corrigiu que não foi o INEA que instruiu a elaboração da proposta. Esclareceu que o órgão, ao reconhecer a necessidade de ajustes no PAP, se comprometeu a articular com o CERHI-RJ para viabilizar a aprovação da revisão do PAP ainda este ano, mesmo fora do prazo legal, possibilitando a execução a partir de 2024. A Sra. Dalva Mansur expressou a falta de documentação que respaldasse a discussão. Ela mencionou a ausência de um relatório do CERHI ou da reunião

com o INEA que abordasse o assunto, indicando a carência de evidências físicas para embasar a argumentação. A Sra. Cláudia Magalhães enfatizou que o Comitê tinha total autonomia para aprovar ou não a proposta. No entanto, alertou sobre as consequências de não aprovar naquele momento, explicando que seria necessário retornar ao trabalho para realizar ajustes e garantir conformidade com a estrutura existente. Destacou a necessidade de aprovação ainda naquele ano, indicando que o processo demandaria pelo menos uma semana para ser concluído. A Sra. Dalva Mansur atentou que aprovação era somente na plenária, em pauta única. O Sr. Jorge Augusto esclareceu que sua posição não se tratava de reprovar o trabalho realizado ou a alocação de recursos, mas de requerer mais tempo antes de tomar uma decisão, sem afirmar positiva ou negativamente naquele momento, uma vez que lidava com números e informações complexas que não são de sua especialidade. Diante de todas as contextualizações, o Sr. Eduardo Pimenta colocou em votação as seguintes propostas: Proposta 1 = aprovar a proposta apresentada pela Sra. Cláudia Magalhães e garantir a execução dos recursos em 2024, conforme acordado com o INEA; Proposta 2: voltar para a ideia inicial, com a construção em oficinas participativas, para analisar com mais calma e ciente de todas as consequências que essa escolha vai acarretar. A Proposta 2 recebeu aprovação unânime de todos os diretores presentes. Diante disso, a Sra. Cláudia Magalhães atentou que era preciso realizar uma reunião para apresenta e aprovar a proposta do Plano de Trabalho para 2024. A Sra. Dalva Mansur orientou que a aprovação deveria ocorrer diretamente na Plenária, com o envio prévio do documento para uma análise mais aprofundada. Sem mais comentários sobre o assunto, avançou-se para o terceiro item de pauta, sobre a **solicitação da Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Silva Jardim – Contratação de empresa para revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB)**. Foi projetado o ofício encaminhado pela Prefeitura supracitada. A Sra. Aline Ribeiro contextualizou que na reunião da CT Saneamento (09/11) foi discutido sobre a possibilidade de aporte de recursos para a elaboração de plano municipal de saneamento básico dos municípios da RH VI, onde os membros votaram contra, inclusive, para a revisão do plano municipal de saneamento básico de Rio das Ostras. No entanto, informou que o CILSJ recebeu o ofício da Prefeitura Municipal de Silva Jardim, após a reunião supracitada, solicitando aporte de recurso para revisão do seu plano municipal de saneamento básico, onde afirmava que o plano vigente foi elaborado por empresa contratada pelo CILSJ. Portanto, a situação estava sendo apresentada aos Diretores, para ciência. O Sr. Jorge Augusto indagou se a solicitação visava exclusivamente à revisão do plano do município de Silva Jardim, sem abranger os demais municípios que fazem parte do comitê. A Sra. Aline Ribeiro respondeu que se tratava de uma solicitação específica para o município de Silva Jardim. O Sr. Jorge Augusto mencionou que a revisão do Plano apresentava um custo considerável, e a Prefeitura de Arraial do Cabo enfrentava desafios ao tentar alocar recursos para essa contratação. Assim, caso fosse permitido para Silva Jardim, solicitou em estender essa prerrogativa também ao município de Arraial do Cabo. A Sra. Aline Ribeiro externou que, conforme citado anteriormente, a gente teve essa última reunião de saneamento no dia 9, onde a gente apresentou também a solicitação do aporte de recurso para o município de Rio das Ostras, onde os membros da Câmara Técnica de Saneamento votaram contra. Aí, só para contextualizar, a gente trouxe essa solicitação porque a gente recebeu e tomou ciência após

essa reunião. Seria para o conhecimento dos senhores que eu estou trazendo aqui essa apresentação. Acrescentou que, diante da negativa para um município, não havia lógica em favorecer um em detrimento do outro e que seria mais justo proporcionar a mesma oportunidade para todos os demais que ainda não conseguiram realizar a ação. A Sra. Dalva Mansur recordou que o plano anterior foi financiado pelo SEA e que o Comitê e o CILSJ contribuíram, apenas, na organização dos levantamentos dos planos regionais para o plano estadual. Enfatizou que a recusa da solicitação de Rio das Ostras não permitia abrir uma exceção para Silva Jardim sem estender a mesma oportunidade a todos os municípios, o que seria economicamente inviável e também não estava dentro da atribuição do Comitê. Comentou que considerava arriscada a abordagem adotada pelo CBH Macaé. A Sra. Aline Ribeiro ponderou que a votação para aprovação ou não do aporte deveria ocorrer na CT Saneamento, contudo, como não havia previsão de reunião da instância em 2023, o CILSJ resolveu apresentar a situação aos Diretores apenas para ciência. A Sra. Dalva Mansur argumentou que não era preciso levar à CT Saneamento, tendo em vista a negativa para um município, sendo corroborado pelo Sr. Eduardo Pimenta. Não havendo mais assuntos a serem tratados, a reunião foi finalizada.

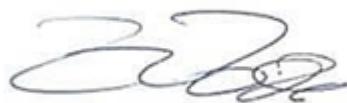
Registro Fotográfico:



Relator: Samara Miranda

Elaborado em: 25/11/2023

Aprovado em: 14/03/2024



EDUARDO GOMES PIMENTA

Diretor-Presidente do CBHLSJ